

# **Redes e Mediações nos Movimentos Populares (um breve resumo)**

*Ilse Scherer-Warren*

## **Sobre o Autor**

Ilse Scherer-Warren é gaúcha. Mestre em Sociologia Rural pela UFRGS e Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris. Foi professora da UFRJ e desde 1981 trabalha na UFSC. Autora de vários trabalhos sobre movimentos sociais, publicou pela Editora da UFSC os livros: *Movimentos Sociais - um ensaio de interpretação sociológica e Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania* (em colab.) e pela Ed. Brasiliense, *Uma Revolução no Cotidiano* (em colab.). Além disso, teve artigos publicados em outras obras e em revistas nacionais e internacionais. Sua mais recente publicação foi na *International Sociology* (março de 1990), com o título 'Rediscovering our dignity' - An appraisal of the utopia of liberation in Latin America.

## Summary

This exposure aims the setting up of elements for the comprehension of underlying political action in the network organizations which have been established between popular organizations and other cultural and political movements. It assumes the hypothesis that from the second half of the 80's on, it is through these networks that a true popular movement in Brazil has been constituted. It emphasizes the participation of non-governmental organizations (ONGs), together with syndical unions and political parties, in the formation of movements networks. In relation to the characteristics of these networks, we mention the search for articulation of popular movements (among movements and intraregionally), the subject of organizational and ideological pluralism and its transnational character. Finally, it emphasizes the existence of universalizing ethical principles at the base of these movements.

## Resumo

Esta exposição visa encaminhar elementos para a compreensão da ação política subjacente às redes (network organizations) que vêm se estabelecendo entre organizações populares e outros movimentos culturais e políticos. Parte da hipótese de que a partir da segunda metade da década de 80 é através destas redes que vem se constituindo um verdadeiro movimento popular no Brasil. Destaca a participação das organizações não governamentais (ONGs), ao lado das Centrais Sindicais e de partidos políticos, na formação das redes de movimentos. Quanto às características destas redes, são mencionadas a busca de articulação do movimento popular (entre movimentos e intraregional), a questão do pluralismo ideológico e organizacional e seu caráter transnacional. Finaliza destacando a existência de princípios éticos universalizantes nas bases destes movimentos.

O principal objetivo desta intervenção será encaminhar alguns elementos para a reflexão sobre a dinâmica da ação política subjacente às redes (network organizations) que vem se estabelecendo entre organizações populares e outros movimentos culturais e políticos. Parte-se da hipótese que é nas articulações entre organizações e atores políticos e nas subsequentes criações de redes que vem se constituindo um movimento social, no sentido dado por Alain Touraine. Segundo esta noção temos um movimento social quando se tratar de "um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética" (Palavra e Sangue, 1989, p.182). Portanto, refere-se aqui a ações coletivas que vão além da defesa de interesses particulares e que buscam "intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social" (Ibid).

O que tem sido comumente denominado de movimento social, no Brasil, trata-se de ações coletivas, realizadas por organizações populares localizadas e específicas, com alcance limitado de sua ação política (por exemplo, associações de bairro, movimento de mulheres, organizações de defesa ambiental, etc). Estas organizações que proliferaram da década de 70 aos meados da década de 80, tiveram sua relevância durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para novos atores sociais. Questões do cotidiano transformaram-se em demandas políticas e em instrumento de defesa dos direitos de cidadania ou de contestação do autoritarismo. Todavia, com a abertura política dos anos 80, estas organizações mostraram ter um alcance político limitado. Para alguns isto foi atribuído à aparente fragmentação destes grupos de pressão específica, demonstrando dificuldade na formação de alianças, para atuarem de acordo com as regras do jogo democrático. Para outros, a crise dos grupos de reivindicações específicas ou das organizações moleculares expressava a fragilidade da sociedade civil face aos aparelhos políticos tradicionais instituídos (os sindicatos, os partidos e o próprio governo), num cenário em que a ordem institucional passa a ter maior legitimidade.

Porém, na segunda metade da década de 80, muitas destas organizações da sociedade civil se reorientam e passam a participar de redes mais amplas de pressão e resistência. Não há dúvida que sindicato e partido político (principalmente via CUT e PT) têm desempenhado um papel importante nestas novas formas de articulações. E necessário, todavia, ser examinado se de fato um movimento popular mais amplo vem se formando como resultado destas articulações e intercâmbios.

Na base deste movimento popular em constituição há um trabalho de mediação que não deve ser esquecido. Refiro-me aquele realizado por um conjunto de entidades de mediação, os quais passaram a ser conhecidos por "ONGs" (Organizações Não-Governamentais). Estão aí

incluídos os "Centros de Educação Popular", "Centros de Promoção" e "Centros de Assessoria". As "ONGs" são entidades que se apresentam como estando 'a serviço' de determinados 'movimentos sociais' de camadas da população 'oprimidas', ou 'exploradas', ou 'excluídas', dentro de perspectivas de 'transformação social' (Cf. Landim, 1988, p. 27). Todavia, as ONGs que vinham se formando no Brasil desde o fim da década de 60, da mesma forma que as organizações populares de defesa de interesses específicos, também realizavam um trabalho molecular, localizado, ainda que com o objetivo de formação da consciência num sentido mais amplo. Na década de 80, a complexificação do quadro partidário e o repensar sobre a atuação ao nível da política institucional, levou a um questionamento sobre o antigo estilo de trabalho. Como nos coloca Landim (1988, p. 49), as "ONGs" brasileiras vêm-se movimentando, mais recentemente, no sentido de articulações, trocas de idéias, trabalhos em cooperação de diferentes tipos, costurando-se no seu interior algumas redes temáticas mais permanentes, outras funcionais e imediatas, para atender a objetivos conjunturais diversos". Ao nível das mediações passam também a se preocupar com a formação de redes de movimentos ou de áreas de movimentos.

Algumas das características destas redes de movimentos que vêm se formando no Brasil podem ser assim sintetizadas:

- a) **Articulação do Movimento Popular.** Esta articulação pode ocorrer entre entidades do mesmo tipo, num espaço regional ou nacional, como as uniões de associações de bairros (p. ex., UAMPA - União das Associações de Moradores de Porto Alegre). Em função de uma demanda mais específica, como a questão da terra (MST - Movimento dos Sem Terra ou ANSUR - Articulação Nacional do Solo Urbano). Em função de questões regionais (Aliança dos Povos da Floresta). Ou mesmo visando articular o movimento popular como um todo (ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). E por último, mas não menos relevantes, as articulações informais que se realizam em função de lutas conjunturais como, por exemplo, durante os trabalhos da constituinte para o encaminhamento de emendas populares.
- b) **Pluralismo organizacional e ideológico.** Manifesta-se pelo fato de os mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou pelo fato da mesma organização incorporar atores com concepções ideológicas ou filiações partidárias múltiplas. Todavia, há uma utopia mínima quanto à transformação que os une, baseada em princípios éticos universalizantes de combate à miséria, à exploração, à discriminação, ao autoritarismo, à violência, etc.
- c) **Transnacionalidade.** Este aspecto apresenta-se com diferente intensidade nas diversas redes. Nas ONGs, frequentemente, as

suas possibilidades de sustentação material encontram-se nas redes de financiamento internacionais. A transnacionalidade dos movimentos de direitos humanos e ecológicos também é mais estimulada do que entre os movimentos populares propriamente ditos. Ainda, para o caso brasileiro, redes politicamente significativas vêm sendo estabelecidas, como por exemplo, entre os movimentos ecológicos e pelos direitos humanos internacionais e movimentos sociais rurais do Brasil. Neste sentido, três exemplos merecem ser citados: Movimento Contra Barragens, Movimento Indígena e Movimento dos Seringueiros.

No caso do Movimento Contra as Barragens houve a participação do Brasil na Rede de Ação Internacional pelos Rios (International Rivers Network), de cujo seio nasceu uma rede específica para a proteção dos rios da América Latina, com sede na UPAN (União Protetora do Ambiente Natural/RS). A CRAB (Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens - do Rio Uruguai) tem tido um papel importante na articulação nacional dos trabalhadores atingidos por barragens (Vide CUT/CRAB, 1989).

O movimento indígena na luta em defesa de seus territórios e de sua identidade cultural, constantemente ameaçados por grandes projetos de várias naturezas (mineração, siderurgia, hidroelétricas, agropecuária, rodovias e militar - como o Calha Norte), tem contado com redes de apoio internacionais, tais como Friends of the Earth, Survival Internacional, Greenpeace, Gaya Foundation (Inglaterra), World Wildlife Fund (EUA) e Agir-Ici (França)

O Movimento dos Seringueiros, e em particular a morte de seu líder Chico Mendes, teve tamanha repercussão graças as suas articulações com os movimentos ecológicos nacionais e internacionais. Este movimento vem buscando também novas articulações entre movimentos e intraregionais, tais como a Aliança dos Povos da Floresta, que conta com a participação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da União das Nações Indígenas (UNI) e do Centro Ecumênico de Documentação (CEDI).

No caso dos três movimentos mencionados (Barragens, Indígenas e Seringueiros), as redes de apoio transnacionais fundamentam-se numa dimensão ética. Articula-se aí a valorização da natureza (expressa na luta ambientalista e ecológica) com a valorização de princípios humanitários (expressa na luta pela sobrevivência ou de preservação de um modo de vida) (Para maiores detalhes ver Scherer-Warren, 1990).

De uma forma geral, pode-se afirmar que as redes de movimentos se constituem em torno de problemas específicos, mas que são definidos a partir de uma dimensão ética universalizante. Se os movimentos sociais da década de 70 e início dos anos 80 tiveram sua relevância na constituição de novos atores sociais e na redefinição dos

espaços de cidadania (social e política), as redes de movimentos poderão trazer contribuições na formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação ao binômio Liberdade (e democracia) e Sobrevivência (com direito a uma vida digna). Esta dimensão ética expressa-se através do apelo a uma sensibilidade coletiva (em nome da paz, da democracia e da vida e contra a fome, a miséria, a discriminação, etc) e por uma responsabilidade pessoal em relação ao futuro coletivo ao nível local, nacional e planetário (Cf. Hegedus, 1989). Todavia, a atuação destas redes de movimentos não se restringem a sua atuação no nível simbólico. Atuam, por um lado, tendo em vista a transformação da opinião pública, mas, por outro lado, almejam se constituir em força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes contrários a estes princípios. Desta maneira as redes se caracterizam como fontes de pressão no campo cultural e no

## Referência Bibliográfica

- BESSIS, Sophie. "Les Assoceations d'Aide au Tiers Monde (ONG) - à la croisée des chemins". Problemes Politique et Sociaux, n. 615, Sept. 1989.
- CUT/CRAB. Terra sim, Barragens Não. Documento Final do 1o. Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Goiânia: Abr. 1989.
- GOHN, M. da Glória. "Assessorias aos Movimentos Populares: mediações necessárias". São Paulo: 1987, MIMEO.
- HEGEDUS, Zsuzsa. "Social movements and social change in self-creative society: new civil initiatives in the international arena". International Sociology, SAGE, v. 4, n. 1, Mar. 1989, p. 19-36.
- LANDIM, Leilah (org). Sem fins lucrativos - As organizações não governamentais no Brasil. Rio: ISER, 1988.
- MELUCCI, Alberto. "Um objeto para os movimentos sociais?" Lua Nova. CEDEC, n. 17, Jun. 1989, p. 49-66.
- PERANI, Cláudio. "Pastoral popular e movimentos sociais". Cadernos do CEAS. Salvador, n. 119, Jan/Fev. 1989, p. 13-22.
- PONTUAL, Pedro. Os Centros de Educação Popular na conjuntura brasileira (1964-1986). São Paulo, CEPIS, 1986.
- POLIS/CPV. Revista Movimento Popular. São Paulo, n.1, Abr. 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais e o meio ambiente. Trab. para o IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis, 1990.

TOURAINÉ, Alain. Palavra e sangue - Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.